

RESENHA

SHUY, Roger W. *Linguistics in the Courtroom: a practical guide*. New York: Oxford University Press, 2006.

Resenhado por Welton Pereira e Silva ¹
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Recebido em: julho de 2019
Aceito em: fevereiro de 2021
DOI: 10.26512/les.v22i1.26388

A Linguística Forense é uma área de aplicação da linguística que surgiu relativamente há pouco tempo e seus pressupostos são ainda pouco conhecidos dentro e fora da comunidade científica da linguística brasileira. O livro em apreço, por consequência, não foi traduzido para o português, assim como grande parte dos livros fundamentais dessa área. Sendo assim, esta resenha crítica pode contribuir, ao menos um pouco, para a divulgação da linguística forense aos falantes de língua portuguesa.

Através desse livro, Roger W. Shuy, proeminente linguista forense americano, atuando há décadas como professor na Georgetown University, apresenta-nos um verdadeiro manual de prática forense para linguistas em formação – ou experientes – que se interessam em atuar em uma demanda judicial. Logo na apresentação do livro, o autor já nos explica sobre a importância de que, para se atuar como um linguista forense, antes de tudo, o indivíduo precisa ser efetivamente um linguista. O conhecimento jurídico é amplamente bem-vindo, já que o trabalho na perícia se dará em contato com advogados e outros profissionais, no entanto, primeiramente, o especialista deverá ser um linguista completo.

O livro é dividido em treze capítulos, sendo que os primeiros são reservados para o auxílio ao profissional ou estudante de linguística que deseja enveredar por essa área, e os últimos trazem

¹ Doutorando em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

reflexões acerca de como o linguista pode usar sua experiência forense para escrever livros, artigos e ministrar aulas e palestras. Como podemos perceber, é um livro completo que abarca não apenas a atuação forense do linguista, mas, como não poderia deixar de ser, aborda também sua atuação enquanto docente e pesquisador. Como nós linguistas bem sabemos, a pesquisa e o ensino são nossas principais atividades.

Logo no início do capítulo 1 – Primeiros Passos –, Shuy nos apresenta uma definição para o termo “linguística forense” como sendo o uso do conhecimento linguístico em casos legais nos quais algum dado linguístico serve como evidência. No entanto, o autor questiona a necessidade de haver essa separação, afinal, a linguística forense é, antes de tudo, linguística. Mesmo assim, ele vem cedendo ao uso já que, como Shuy mesmo afirma, a denominação “linguística forense” é conveniente no trato entre linguistas e advogados. Neste capítulo, ainda é apresentada a maleta de ferramentas do linguista forense, que envolve a fonética e a fonologia, a morfologia, a sintaxe, a semântica, a pragmática, os atos de fala, a mudança e variação linguística, a análise do discurso e a lexicografia. Ou seja, a depender da natureza dos dados e do caso analisado, o linguista lançará mão das ferramentas teóricas e metodológicas mais adequadas para cumprir sua tarefa. Por essa razão, Shuy afirma que os linguistas forenses devem ser preferencialmente profissionais com o maior grau acadêmico possível.

No capítulo 2 – Começando uma prática –, com muito bom humor, Shuy explica a forma como o linguista pode se tornar um perito, sendo que o primeiro passo é produzir um currículo vitae apropriado para essa atividade e de fácil compreensão aos profissionais não linguistas. Assim, ao invés de dizer que é especialista, por exemplo, em semântica ou fonologia, deixe claro que sua especialidade é com a identificação dos sentidos das palavras ou os sons da fala, respectivamente. Além disso, o perito deve se fazer conhecido na comunidade legal, por exemplo, através de comunicações em eventos do Direito.

No capítulo 3 – Fazendo Negócios –, Shuy ensina a negociar o aceite ou a refutação de um caso quando o advogado, ou outra pessoa envolvida no caso, procurar o especialista. Ele chama a atenção para a necessidade de o linguista ter acesso aos dados antes de aceitar o trabalho. Isso é compreensível, já que, por vezes, algum tema pode não ser do interesse do perito ou a demanda pode escapar ao seu nível de experiência. Neste capítulo, também é falado sobre o pagamento do trabalho pericial, algo bem delicado. No contexto americano, na época em que foi escrito o livro, Shuy relata que os honorários variavam entre \$125 e \$150 dólares por hora, a depender do estado.

No capítulo 4 – Trabalhando com advogados –, o autor adverte-nos sobre a importância do contato direto com o advogado, de modo que não haja vazamento de informações ou má compreensão acerca do trabalho do linguista. Desse modo, explicar para o advogado ou para a

pessoa interessada em contratar a perícia do que se trata a ciência linguística, em termos não muito técnicos, é importante para a atividade do linguista forense.

“Analisando os dados” é o título do quinto capítulo. Ali, é tratado a respeito dos diferentes materiais recebidos pelos linguistas, como cartas, áudios, transcrições desses áudios, mandatos judiciais, testemunhos e qualquer outro material linguístico envolvido em alguma demanda judicial. Na verdade, são variados os gêneros textuais passíveis de análise. Em minhas experiências enquanto linguista forense, analisei, inclusive, um laudo pericial feito por um especialista de outra área do conhecimento.

No capítulo 6 – Escrevendo relatórios –, são discutidas as formas como o linguista forense apresentará, por escrito, os resultados de suas análises periciais, seja em forma de relatório, seja em forma de depoimento. De acordo com Shuy, o relatório se aproxima muito de um gênero acadêmico, já que apresenta uma questão a ser respondida, a evidência linguística analisada, os métodos de análise e os resultados. O que não encontramos de similar, no caso, são os longos apontamentos teóricos. A principal característica do relatório deve ser sua brevidade e concisão, já que os juízes nem sempre possuem tempo – ou paciência.

O capítulo 7 – Sendo deposto – trata do processo de “deposition”, comum na lei americana, no qual a parte adversária questiona o relatório do perito. Shuy afirma que, como não é feita na presença do juiz, essa atividade pode não ser muito prazerosa, visto que a parte adversária pode chegar a, inclusive, atacar de modo pessoal o perito. Já o capítulo 8 nos fornece algumas informações acerca da possibilidade de o perito ser chamado para dar um testemunho acerca de suas análises, algo menos usual, na perspectiva de Shuy. Por sua vez, o capítulo 9 trata acerca do desenrolar dessa etapa, chamada de “Cross-Examination Testimony” – ou testemunho de exame cruzado, em tradução livre.

Nestes três capítulos, em particular, o autor ensina como o perito deve se portar nas interações diante do advogado ou do juiz, levando-se em conta o contexto jurídico norte-americano. Shuy chama a atenção, no capítulo 9, para o fato de que, por vezes, a contraparte tem a possibilidade de contratar outro linguista como perito, o que pode levar a situações complicadas caso os dois especialistas sejam colegas ou caso sejam estudiosos de áreas distintas da linguística.

Tais discussões levam até o capítulo 10 – Questões éticas. Nele, o autor elenca alguns cuidados éticos que o perito deve apresentar em seu trabalho, como não trabalhar para os dois lados em conflito e dizer sempre a verdade. Outra questão menos óbvia diz respeito à área de especialidade do linguista. Assim, o autor chama a atenção para a necessidade de o linguista aceitar casos nos quais o objeto de análise seja de sua especialidade. Um estudioso da mudança linguística, por exemplo, talvez não devesse aceitar um caso de análise fonética, de acordo com o autor, caso

contrário, a outra parte poderia usar essa especialidade em uma área diferente para questionar a perícia realizada.

A última questão ética tratada por Shuy nesta parte acaba por levar ao capítulo 11, chamado “Usando sua experiência para escrever artigos ou livros”. O autor afirma que alguns estudiosos defendem que, como as pesquisas do linguista são normalmente financiadas pelo governo, é uma questão ética levar suas descobertas ao público através de palestras e publicações. Entretanto, nem sempre os dados analisados podem ser utilizados de forma aberta. Então, Shuy explica que, nos Estados Unidos, assim que o caso é encerrado, os dados analisados podem ser publicizados, pois se tornam de domínio público. O autor assevera que a publicação dos resultados faz com que a expertise do linguista não seja questionada em casos futuros, o que é um grande contributo para quem procura se especializar na área.

Em diálogo com este capítulo, no capítulo 12 – Usando sua experiência para lecionar –, Shuy argumenta a respeito da importância de o linguista forense levar seu conhecimento aos estudantes e demais colegas através de palestras e aulas, vindo a despertar o interesse de estudantes de linguística, mas não só, para a Linguística Forense. Por fim, no último capítulo, intitulado “Alguns livros úteis para a biblioteca do linguista forense”, o autor relaciona alguns nomes imprescindíveis para a Linguística Forense, como Gibbons, Olsson e vários títulos de sua própria autoria.

Como podemos perceber, o livro em apreço traz de forma muito completa várias respostas que preenchem lacunas no que concerne à atividade de um linguista forense. No contexto brasileiro, algumas dessas questões devem ser adaptadas ao nosso aparato legal, mas, sem dúvida, este livro é um guia completo para quem pretende se especializar como um perito ou pesquisador em Linguística Forense.